

Fugindo do estigma: visões sobre Mato Grosso nas páginas da *Série Realidade Brasileira* e da revista *Brasil-Oeste*

Eduardo de Melo Salgueiro*

Resumo: Neste artigo busca-se fazer uma discussão a partir de dois veículos de imprensa, quais sejam, a revista *Brasil-Oeste* e a *Série Realidade Brasileira* (Suplemento especial da *Folha de São Paulo*); a reflexão proposta visa analisar uma série de representações que historicamente incomodavam os grupos dirigentes mato-grossenses e ainda se faziam presentes em meados do século XX. Desse modo, o que apresento é o incômodo que resultava dessas representações e algumas das proposições para que esse quadro fosse invertido. Isso significa dizer que, a partir daqueles “discursos” que estigmatizavam, os mato-grossenses buscavam reformulá-los utilizando seus elementos negativos para, sob uma nova leitura, construir outras “imagens” para aquele espaço. No decorrer do texto, serão vários os exemplos que poderão ilustrar tais afirmações.

Palavras-chave: Mato Grosso. Estigma. Sertão. Bandeirantes. Imprensa.

Introdução

Uma questão “incômoda” tem perseguido os grupos dirigentes mato-grossenses no curso da história de Mato Grosso, sob as mais diversas maneiras. Trata-se da ideia segundo a qual aquele lugar era a representação da barbárie e, por esta razão, estava condenado a permanecer como um espaço estigmatizado pelo seu atraso frente a outros espaços da nação. Desse modo, por muito tempo houve

* Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Professor da Universidade do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa. E-mail: eduardomsalgueiro@gmail.com

uma tentativa consciente de desconstruir aquela imagem, buscando “pincelar” um outro retrato para o estado mato-grossense, de modo que isso impulsionasse a sua subida nos “trilhos” do progresso. Por outro lado, é importante ressaltar que esta questão não era uma preocupação exclusiva das elites¹ locais, tal como mostrarei nas páginas seguintes, à luz das fontes aqui analisadas. Faço tal discussão a partir de um recorte temporal que compreende os meados do século XX, pois tal incômodo, que remetia ao crepúsculo dos oitocentos, continuava bastante presente nos anos 1960, sob outro contexto e numa conjuntura bastante ligada ao discurso da modernidade e do progresso.

Para compreender tal aspecto da história mato-grossense, utilizarei duas fontes principais. Tratam-se de publicações periódicas que circularam no período acima mencionado. Refiro-me à revista *Brasil-Oeste* e à *Série Realidade Brasileira*, esta última lançada como suplemento especial pela *Folha de São Paulo*.

A revista *Brasil-Oeste* foi um periódico produzido em São Paulo (SP), sob a direção dos jornalistas Fausto Vieira de Campos e seu filho Fausto Moraes Godoy Vieira de Campos. De modo resumido, pode-se dizer que sua linha editorial se dedicava a difundir reportagens e artigos que abrangessem o mundo dos negócios agropastoris, direcionando seu olhar para a região oeste do Brasil (especialmente o estado de Mato Grosso) por meio de anúncios e informações sobre política e economia. Circulou entre os anos de 1956 e 1967, totalizando a produção de 123 edições, com dimensões de 27x18,5cm. A tiragem máxima da revista atingiu o número de 18.500 exemplares no ano de 1967, totalizando cerca de 1.500.000 deles durante os anos em que esteve em circulação. No que diz respeito à distribuição, a editora o fazia de três maneiras: vendas avulsas, assinaturas e distribuição gratuita para associações rurais e órgãos públicos.

É importante ressaltar, contudo, que suas reportagens não eram essencialmente técnicas. Os desígnios do periódico deveriam estar alinhados à tarefa de trabalhar “em favor” do “desenvolvimento” do oeste brasileiro, tal como pode ser percebido no “manifesto-programa” da revista:

Nossa revista tem uma finalidade precípua: *tornar mais conhecida e melhor compreendida a vasta região do Centro-Oeste brasileiro*, compreendida pelos Estados de Mato Grosso e Goiás.

De modo geral, entretanto, *merecerão acolhimento, em nossas colunas, todos os fatos relacionados com os Estados que confinam com Mato Grosso*, dada a identidade de interêsses que existe entre eles.

Esse texto ajustava o escopo do projeto editorial encampado por Fausto Vieira de Campos, isto é, trabalhar em prol dos interesses da região oeste do país. Portanto, sua existência era justificada por meio de um discurso que se preocupava em apontar os principais “dilemas” e “problemas” que impediam Mato Grosso de prosperar. Logo, havia a necessidade de um veículo de comunicação que pudesse fazer ecoar aos mais altos escalões da política e dos investidores do país o “grito de socorro” mato-grossense. É importante ressaltar que o valor simbólico daquele discurso, que buscava “tornar mais conhecida e compreendida” aquela região, corria no sentido de “pincelar” em uma nova “tela” o “retrato ideal” de Mato Grosso, com a finalidade de irradiá-lo para o restante do Brasil.

A *Série Realidade Brasileira*, por sua vez, foi um suplemento especial publicado em 1968, pela *Folha de São Paulo*. Até o momento, essa publicação surpreendentemente não foi objeto de análise por parte dos historiadores da imprensa, mas é significativa sua importância. Nela, o principal objetivo era discutir as mazelas e propor soluções às cinco regiões do país (Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul) com vistas a promover o debate e apresentar visões a respeito daquilo que se compreendia como ideal para o desenvolvimento econômico de todas elas.

É válido destacar que, dentre as várias edições lançadas naquele ano, cinco delas foram dedicadas à Amazônia e uma ao Centro-Oeste. Logo, Mato Grosso se encaixava em ambos os casos. Destaca-se que o ano da publicação do *Suplemento* é emblemático, pois conforme ressalta João Carlos Barrozo,

A partir de 1968 o governo federal desenvolveu uma política de (re) ocupação da Amazônia Meridional [...] Para os projetos de colonização privada e do INCRA, o governo federal, com o apoio e colaboração de agências sociais e religiosas fez propaganda em áreas de colonização do sul do Brasil [...] promovendo a Amazônia como a Terra da Promissão (BARROZO, 2014, p. 152).

Isso mostra, por certo, que a imprensa atua ativamente no processo histórico e, ao mesmo tempo, é influenciada por ele. Em outros termos, a “imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele”, isto é, faz-se necessário compreendê-la não somente como um “depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas”, mas, sobretudo, “como uma força ativa da história” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259). Portanto, neste artigo, dedicarei atenção especialmente ao fascículo da publicação da *Folha* que debateu os problemas do Centro-Oeste, com ênfase nas leituras e projetos para Mato Grosso.

Mato Grosso: representações que estigmatizam

Inicialmente, irei recorrer a uma obra publicada em 1939. Trata-se de *Reservas de Brasilidade*, escrita pelo viajante Flavio Rezende Rubim, para que eu possa mostrar algumas de suas percepções a respeito das terras mato-grossenses, em um período que antecede as publicações periódicas acima mencionadas. Nesse relato de viagem, o autor dedicou-se às regiões consideradas mais distantes do centro do país que, naquele caso, eram os estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso.

Se observarmos o título da obra, nota-se que há um evidente protocolo de leitura, tal como pensado por Roger Chartier, pois existem “instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor [que] visam definir o que deve ser uma relação correta com o texto” (1996, p. 95). O livro *Reservas de Brasilidade* expõe isso muito nitidamente, pois não apenas sintetiza aquilo que o autor propõe explorar em suas páginas, mas traduz, de certa

maneira, uma série de representações que eram construídas sobre aqueles espaços do “interior” do Brasil.

Em seu preâmbulo, há a reprodução de um discurso recorrente entre aqueles intelectuais que buscavam apagar, de certo modo, os retratos “mal pincelados” sobre Mato Grosso. Isso pode ser percebido a partir do seguinte fragmento:

Fazer um livro de viagens já é coisa corriqueira [...] cada observador focaliza aquilo que o seu sensorio mais absorveu. *Sobre o Amazonas*, então, a biblioteca já é numerosa: há bons e maos trabalhos. O que admira, entretanto, é a phantasia desmedida, *sempre para peor*, de alguns e a coragem de idéas apriorísticas. Para muitos o Amazonas é um inferno e Matto-Grosso o *paraizo do crime*; para nós são parcellas da grande patria, *dignas de estudo* e carinho, por *guardarem zelosamente muita reserva de brasilidade* (RUBIM, 1939, p. 14, grifo nosso).

Nota-se que o autor se posiciona contrário àqueles que só enxergavam o que havia de “pioir” na região amazônica, considerada, por muitos, um “inferno”. No que diz respeito ao Mato Grosso, as representações que se faziam daquele espaço estavam relacionadas especialmente à violência, sendo aquele lugar visto como o “paraíso do crime”. Mais do que isso, dizia ele:

Quem, das bandas de S. Paulo, pretender abordar pela primeira vez Matto-Grosso, recebe de chofre, na conversa dos desanimados, uma ducha de agua fria. Para esses o *grande Estado central* é o Far-West brasileiro, onde a *força é lei* e o homem um *egresso, fugido das prisões e dos castigos*. Para um tal Estado de coisas concorre a ignorância dos que vivem no litoral, sem se aperceberem dos inauditos esforços empregados pelo *homem do interior* para *integrar-se* ao ritmo da civilização nacional (RUBIM, 1939, p. 119, grifo nosso).

Sobre o aspecto da barbárie ligada à violência, os estudos de Galetti (2012) e Zorzato (1998) mostraram como esse estigma

vivido pela sociedade mato-grossense incomodava as elites locais e brasileiros de outras regiões do país, que se inquietavam com aqueles aspectos, tal como foi o caso de Rubim. Podemos observar isso no fragmento destacado há pouco, quando o autor ponderava que havia “inauditos esforços empregados pelo homem do interior”, isto é, existia uma luta para “integrar-se” à civilização. Em outros termos, mesmo que ele se posicionasse contra aqueles discursos e visões que demonizavam Mato Grosso, não deixava de ter como referência maior a “civilização” encontrada em outros espaços.

Deste modo, por mais que Rubim não fosse mato-grossense, algumas de suas preocupações se assemelhavam, em partes, àquelas dos grupos dirigentes de Mato Grosso, que remontavam à segunda metade do século XIX. Tratava-se, portanto, de integrar-se à “civilização” situada no horizonte que apontava para o Sudeste do país. Para entendermos melhor tal questão, busco nas análises de Galetti um ponto de apoio.

Lylia Galetti indica que estrangeiros, brasileiros (de outras regiões) e mesmo os mato-grossenses enxergavam Mato Grosso, no fim do século XIX e início do século XX, sob concepções tipicamente ocidentais de progresso e civilização. De modo muito resumido, isso significa dizer que, na visão dos estrangeiros, por exemplo, a região em apreço era entendida como um lugar “próximo da barbárie”. Assim, ainda que “abundante em recursos naturais, seu imenso território encontrava-se quase *vazio*, dominado por indígenas e por uma população mestiça, indolente e sem espírito empreendedor, razão pela qual seu progresso só seria possível com a introdução de imigrantes e capitais europeus” (GALETTI, 2012, p. 33, grifo nosso).

Em relação aos brasileiros não mato-grossenses, ela ressalta que havia uma ambiguidade de valores, pois ao mesmo tempo em que desvalorizavam Mato Grosso, “em razão das distâncias geográficas, históricas e culturais que o separavam do mundo e do Brasil civilizado”, estimavam o “*sertão* e a *fronteira* da pátria, noções fundamentais para a própria ideia de nacionalidade brasileira no período em foco”. O *sertão*, porque era percebido como o *locus* da verdadeira identidade cultural nacional, e a *fronteira* por demarcar o espaço em relação ao estrangeiro (GALETTI, 2012, p. 33, grifo nosso).

No caso das representações emitidas pelos próprios mato-grossenses, havia uma manifestação mais notável em relação ao “mal-estar cultural em face de uma identidade cultural estigmatizada pela barbárie” (GALETTI, 2012, p. 34). Logo, tentavam reconstruir essa identidade investindo em uma construção histórica que invertesse os valores que lhes eram atribuídos.

É válido ressaltar que os grupos dirigentes e intelectuais mato-grossenses buscavam avaliar aquelas representações negativas com intuito de construir outras novas, especialmente na conjuntura das primeiras décadas do século XX. Conforme ressalta Brandão, ainda que houvesse – como mencionei há pouco – uma relação ambígua nos sentimentos das elites locais, a autora informa que prevalecia sentimentos de “[...] injustiça sofrida pela região – por não ter sido devidamente valorizada na história do Brasil e na composição das forças políticas – e, finalmente, a fé no futuro, quando então Mato Grosso viria a ser o que, por vocação, lhe foi destinado; forte e poderoso” (2007, p. 12).

Analisando o discurso que situava Mato Grosso nos “confins da civilização”, Galetti indaga: “em relação a quê Mato Grosso estava distante?” A resposta dada pela autora pode ser conferida a seguir:

Situar-se muito longe significava, então, algo mais que contabilizar léguas e dias e “perto” dizia respeito a uma representação espacial que designava a proximidade com a cidade, seus signos de civilização e, sobretudo, com o maior mito do ideário liberal: o mercado. Para os padrões dessa época, vapor, telégrafo e trens, “perto” era qualquer lugar que permitisse o fluxo ininterrupto e num tempo relativamente curto, de mercadorias, pessoas e informações (GALETTI, 2012, p. 101).

A “barbárie” e o “estar longe” daquilo que era considerado como desenvolvido, isto é, distante da comunicação ligeira, da acumulação de bens e do crescimento econômico, qualificavam Mato Grosso à condição de “sertão”. Isso remete, por exemplo, à construção teórica pensada por Bourdieu sobre a questão do estigma, pois ele indica que a estigmatização de um espaço é definida “pela distância

econômica e social (e não geográfica) em relação ao centro, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra” (BOURDIEU, 2000, p. 125-126). Desse modo, “*longe* é noção que encerra múltiplos significados, demarcando distâncias em um mapa que é, antes de tudo, cultural” (GALETTI, 2012, p. 102).

Mato Grosso e sua associação ao “sertão” reside na ideia de “sítio oposto e distante de quem está falando”, isto é, a representação de algo visto como espaço desértico. Havia, evidentemente, uma mescla de sentimentos, pois se aquela região carregava a pecha de ser “vazia de sociabilidade”, igualmente era vista como “espaço de liberdade” (GALETTI, 2012, p. 49). A esse respeito, Janaína Amado informa que:

[...] “sertão” foi uma categoria construída primeiramente pelos colonizadores portugueses, ao longo do processo de colonização. Uma categoria carregada de sentidos negativos, que absorveu o significado original, conhecido dos lusitanos desde antes de sua chegada ao Brasil – espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados –, acrescentando-lhe outros [...]. Para o colonizador, “sertão” constituiu o espaço do outro [...] Que outro, porém, senão o próprio eu invertido, deformado, estilhaçado? (AMADO, 1995, p. 148-149).

No entanto, além das particularidades do contexto histórico, o seu significado poderia variar a depender de seu interlocutor. Na intenção de mostrar a ambiguidade do conceito e fazendo referência aos bandeirantes, Amado nos mostra que, para estes, “o *sertão* eram os atuais Minas, Mato Grosso e Goiás, *interiores perigosos, mas dourados*, fontes de mortandade e riquezas”. Desse modo, “sertão” “pôde ter significados tão amplos, diversos e aparentemente antagônicos” (AMADO, 1995, p. 149, grifo nosso).

Denise Maldí, por sua vez, ao analisar as representações europeias sobre a territorialidade e a fronteira indígena nos séculos XVIII e XIX (na região amazônica do Guaporé), traz uma informação muito importante para a questão em tela ao informar que, em meio à polissemia associada ao “sertão”, uma em especial merece

ser assinalada, qual seja, aquela que o relacionava à *ideia* de “mato”. Nesse sentido, diz a autora que havia uma perspectiva de:

[...] um mundo selvático e selvagem imposto pela tradição, e dotando a floresta de uma “dimensão eremítica” [...] do homem “inclassificável”, vivendo num espaço em que a característica principal era a inexistência de fronteiras demarcadas, [portanto, os portugueses] foram incapazes de formular qualquer identificação territorial nativa diante do espaço misterioso que ficou sendo chamado “sertão” ou, *mais remotamente*, “mato” (MALDI, 1997, p. 191, grifo nosso).

Essa concepção de sertão “mais remotamente” relacionada ao “mato” torna-se bastante propícia quando levamos em consideração o próprio nome do estado: Mato Grosso. Tal denominação, segundo um texto escrito por José Gonçalves Fonseca em 1780 (publicado somente em 1886), surgiu a partir de uma incursão, relatada por ele e citada a seguir. Vejamos:

No anno de 1736 sahindo uma tropa de gente da villa do Cuyabá a explorar as campanhas dos gentios, chamados paracizes (parecis), cuja nação já a este tempo se achava extincta, e habitava as dilatadas planícies ao norte da grande Chapada: e achando a referida tropa todo aquelle continente destituído de tudo, o que pode se fazer interesse às suas diligencias, se determinaram atravessar a cordilheira das Geraes de oriente para poente: e como estas montanhas são escalvadas, logo que baixaram á planície da parte oposta aos campos dos Paracizes (que só têm algumas ilhas de arbustos agrestes), toparam com *matos virgens de arvoredo muito elevado e corpulento*, que entrando a penetral-o, o foram *appellidando Mato-Grosso*: e este é o nome, que ainda hoje conserva todo aquelle districto.³

É bastante significativo que a região onde situa-se Mato Grosso era encarada como um dos “(de)sertões” da América Portuguesa e, curiosamente, o próprio nome do estado acaba por indicar

importante aspecto da concepção que se tinha daquele lugar. No entanto, o que pesa é que essa denominação gerou uma série de controvérsias históricas, tendo sido debatido, inclusive, no interior da própria *Brasil-Oeste*, tal como mostrarei a seguir. Desse modo, as preocupações expostas acima ainda se faziam fortemente presentes em meados do século XX e, de certa maneira, fazem parte de todo discurso sobre o desenvolvimento mato-grossense, que gira em torno de “vocação agrícola”, “sertão”, “barbárie”, “grande e poderoso” estado, enfim, uma série de discursos e representações que envolvem essa região.

Na edição de outubro de 1963 (número 86) da supracitada revista, foi publicado um dos mais emblemáticos e significativos artigos a respeito do tema aqui em discussão. Sob a pena de Roberto Dualibi, que na época já era um conhecido publicitário, o texto pretendia discutir a mudanç  do nome do estado de Mato Grosso, sob a perspectiva da publicidade e propaganda. O autor, incomodado com aquela nomenclatura, intitulou seu texto da seguinte maneira: “Nem Mato, Nem Grosso”. Vejamos do que se tratava.

Naquela conjuntura, discutia-se uma eventual mudanç  do nome do estado. Inicialmente, Dualibi estava convencido de que com a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que estava em gestação, aquele estado teria tudo para transformar-se “num grande entrop sto para que a indústria e comércio do litoral atingissem o centro da América do Sul e o Pacífico” (DUALIBI, 1963), pois Mato Grosso poderia desenvolver-se e atuar como um dos protagonistas da ALALC. Nesse sentido, o que parece ser importante para a presente discussão reside essencialmente naquilo que diz respeito   necessária “promoção publicitária” que, segundo o autor, atuaria em favor das aspirações econ micas mato-grossenses.

  época, passados sete anos desde a publicação inaugural da *Brasil-Oeste*, Dualibi ecoava a ideia central daquela revista que se assentava na concepção de que era necessário iniciar “uma vasta campanha de divulgação, utilizando os *mais modernos métodos de propaganda* cujo objetivo fôsse tornar conscientes n  s mente aqu es homens de iniciativa, mas também o Govêrno da República” (DUALIBI, 1963, p. 28, grifo nosso). A partir dessa visão, entendida

como a coluna estruturante de suas ideias, o autor relatava uma conversa que havia tido com o também publicitário Ivan Meira. Segundo Dualibi, Meira havia lhe dito que “a região [Mato Grosso] poderia vir a ser uma das *mais ricas do mundo*”, mas esclareceu que, em termos de propaganda, “a primeira coisa a fazer seria mudar o nome do Estado. ‘Mato Grosso’ lembra coisa selvagem, matagal cerrado e escuro”. Assim, concluiu: “Como se não bastasse ser **mato**, ainda é **grosso**” (DUALIBI, 1963, p. 28, grifo nosso, palavras em negrito do original).

Nota-se que há visível estigmatização do espaço a partir de um aspecto que é considerado um “defeito”. Desse modo, como informa Goffman, um precursor nas análises a respeito do estigma e identidade social, tais características apontadas por Meira acima a respeito de Mato Grosso são estigmatizadoras, pois “seu efeito de descrédito é muito grande” (1998, p. 6).

A visão de Ivan Meira era a de um publicitário, mas especialmente de um brasileiro *não mato-grossense* e isso foi explorado por Roberto Dualibi (que, por sua vez, era nascido em Campo Grande, portanto, um [sul-]mato-grossense). Este aspecto foi avaliado por ele, pois sua preocupação se assentava na seguinte questão: ainda prevalecia aquela visão que o “restante” dos brasileiros tinha sobre Mato Grosso em plena década de 1960, corporificada pela pessoa de Meira? Questionando-se e argumentando sobre a fala de seu colega de profissão, dizia o autor:

Porque sou mato-grossense [...] a primeira reação que tive foi a mesma que estarão tendo, nêsse instante, os leitores nascidos *no grande Estado*. Causa-nos um certo mal-estar saber que o nome de Mato Grosso deve ser mudado. Confesso mesmo que jamais me ocorrera a possibilidade de mudar o nome de minha terra (DUALIBI, 1963, p. 28-29, grifo nosso).

Completava da seguinte maneira: “Mas Ivan Meira não era mato-grossense, e o seu ponto-de-vista, talvez mais objetivo, poderia ser interpretado como uma amostra daquilo que pensam de nós os *paulistas, cariocas, gaúchos, fluminenses* – todos os outros brasileiros, enfim (DUALIBI, 1963, p. 28-29, grifo nosso).

O primeiro aspecto a considerar nesse caso é a atenção especial que o autor dava a algumas regiões, consideradas por ele como referenciais de progresso dentro do território brasileiro, tais como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e a Guanabara. Ainda que sutilmente, para Dualibi, a visão das pessoas daqueles lugares era muito significativa e evidenciava sua preocupação no que diz respeito ao modo como enxergavam Mato Grosso. Assim, Ivan Meira não era “apenas” um publicitário, mas um paulista e sua opinião deveria ser ouvida com atenção justamente por ser do Sudeste.

Nesse sentido, a partir dos dois fragmentos apresentados anteriormente, é possível dizer que aquele tipo de sentimento expressado por Dualibi, remetia ao “mal-estar” que os mato-grossenses sentiam desde o fim do século XIX, indicando o quanto aquilo incomodava as elites locais tanto tempo depois, isto é, nos anos 1960. Sendo assim, tal como em períodos anteriores, a intelectualidade e as classes dirigentes de Mato Grosso continuaram a manter uma relação de “amor” e “ódio” com o seu próprio lugar, consigo mesmas e com os observadores de fora (brasileiros ou estrangeiros). Como foi possível notar, o autor do texto expressava uma mistura de sentimentos quando relatava sua conversa com Meira, que encarnava a figura do *outlander*. Tratava-se de um misto de recusa e resignação.

Nessa perspectiva, Dualibi aventava a seguinte possibilidade: talvez havia chegado a hora de modificar o nome de Mato Grosso (1963). O que é mais importante na citação a seguir, no entanto, reside no reforço do juízo segundo o qual os mato-grossenses deveriam se orgulhar de seu papel e suas contribuições em prol do desenvolvimento da nação. Para expressar sua opinião, nota-se que há uma confusão de sentimentos, que ora são mais positivos, ora negativos. Vejamos, inicialmente, o primeiro deles:

É natural que resistamos à idéia de deixarmos de ser mato-grossenses. Há, é claro, aquele orgulho *de quem não se envergonha* da terra onde nasceu [...] afinal, poucos podem se dar ao luxo de ser mato-grossenses [...].

[...] o substantivo e o adjetivo – mato e grosso – e as conotações que possuem, atribuem a nós, mato-grossenses em outras terras, um certo *ar de mistério*, de naturais de uma

terra onde *as pessoas são*, no mínimo, *corajosas e cheias de aventuras*. É preciso reconhecer que isso não desagradava totalmente (DUALIBI, 1963, p. 29, grifo nosso).

Todo o fragmento citado anteriormente carrega forte simbolismo no que tange à “identidade mato-grossense”, que confirma aquilo que diz Zorzato (1998) a respeito da busca de algo de positivo dentro de uma porção de representações consideradas negativas sobre aquele estado. Quando Dualibi cita que poucos poderiam sentir o orgulho de serem mato-grossenses e conclui que os “naturais” daquela terra carregavam consigo um “ar de mistério”, a coragem e o espírito aventureiro, ele repetia um discurso que historicamente se fez presente nessa conflituosa relação entre as concepções de “atraso”, “selvagem”, “barbárie”, “Mato Grosso”, “sertão” *versus* “desenvolvido”, “civilizado”, “centro/litoral”. Buscava-se cravar a ideia segundo a qual, apesar de todas as adversidades, aquele povo e região traziam naturalmente consigo a bravura, aspecto que inevitavelmente os ajudaria a transformar a ordem das coisas daquele lugar.

No entanto, a “volta à realidade” parece ter tomado conta do “espírito” do autor ao redigir os parágrafos seguintes ao fragmento anterior, resignando-se a aceitar uma eventual mudança de nome do estado, pelas razões expressas a seguir.

Mas, sendo mais objetivos e mais adultos – será conveniente para o Estado que o nome permaneça? Será que, realmente, as outras pessoas imaginam os mato-grossenses como uma espécie de heróis pelo próprio nascimento?

Não creio.

Por uma questão de *simples associação de palavras*, acho que o restante dos brasileiros visualiza o Estado de Mato Grosso como um amontoado de taperas, e os mato-grossenses como os pobres produtos de uma terra desolada (DUALIBI, 1963, p. 29, grifo nosso).

Vimos, portanto, que ao mesmo tempo em que era um “luxo [...] ser mato-grossense”, e o amor à sua terra produzia e promovia

pessoas “no mínimo, corajosas”, todas essas qualidades entravam em conflito com a “associação” das palavras “mato” e “grosso” ao atraso que tanto constrangia Dualibi. Sua visão era também a de um publicitário; portanto, fazia-se necessário refletir a respeito do que, objetiva e efetivamente, Mato Grosso necessitava para mudar a tonalidade da imagem “constrangedora” que tingia sua gente e sua terra.

Para concluir seu raciocínio, o publicitário buscou uma reportagem que trazia uma série de representações emitidas por uma revista de publicação nacional a respeito de Mato Grosso. Tratava-se da *Quatro Rodas*,⁴ edição do mês de junho de 1962. O fragmento citado pelo autor é bastante longo; nesse sentido, mostrarei algumas das ideias centrais usadas em seu texto e que foram retiradas daquela publicação paulista.

Os jornalistas da *Quatro Rodas* levantavam algumas questões sobre uma viagem que fariam ao Mato Grosso. Com um grau de sensacionalismo, perguntavam:

Chegaremos lá? E depois? E as onças? [...] as distâncias eram imensas [...] o que aumentava ainda mais o mistério que envolvia Mato Grosso [...] Falava-se de tiros, de homens violentos e mortes; das florestas e do pantanal (apud DUALIBI, 1963, p. 29).

Apesar de todas essas questões que povoavam o imaginário das pessoas responsáveis por aquela narrativa, o texto finalizava da seguinte maneira: “[...] a equipe de ‘Quatro Rodas’ aceitou o desafio [...] e podemos informar que se acha bastante longe a época das violências e do medo”, pois “os mato-grossenses de hoje lutam *bravamente* para afastar de saída *essa lenda de brutalidade*; algumas de suas cidades, por sua vez, começam a se estender empurradas pelo progresso numa ânsia de desenvolvimento” (DUALIBI, 1963, p. 29, grifo nosso).

Ainda que concluísse tecendo elogios às terras mato-grossenses, aquela reportagem incomodou enormemente Dualibi, pois ele não aceitava que, em plena década de 1960, aquelas representações sobre Mato Grosso permanecessem tão fortes. Desse modo, sentenciava:

“Assim, sabemos que o nome ‘Mato Grosso’ está associado com onças, índios, mistérios, aventuras extravagantes e até mesmo perigosas – porém *jamais* com *trabalho sério, progresso, indústrias, comércio*”. Conclui o parágrafo levantando a seguinte questão: “Devemos continuar sendo confundidos com *guias de safári*?” (DUALIBI, 1963, p. 30, grifo nosso).

No fragmento acima, há aquilo que Bourdieu discute a respeito da estigmatização, pois para ele, “o estigma que dá à revolta regionalista [...], não só as suas determinantes simbólicas, mas também os seus fundamentos econômicos e sociais, princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objetivos da acção de mobilização” (BOURDIEU, 2000, p. 126). No caso de Mato Grosso, havia um histórico sentimento de que aquela era uma região estigmatizada e que necessitava-se inverter tal situação.

Dualibi ressaltava a importância de um “nome forte” para o estado e como o poder público poderia usar isso a seu favor quando fosse propagandear-lo. Assim, citava uma porção de estados norte-americanos que exerciam a prática publicitária de anunciar “em jornais, revistas, emissoras de televisão, visando atrair capitais e indústrias”. Além disso, informava, “cada um dos Estados adota[va] um ‘slogan’, que, de certa forma, busca[va] substituir o próprio nome. A título de exemplo, lembrava dos casos da Califórnia (*Golden State*) e da Flórida, respectivamente. A respeito deste último, dizia o autor que se tratava do “*Sunshine State*, e o objetivo [do *slogan*, era] atrair mais turistas (e, portanto, mais dinheiro) para as suas cidades e praias” (DUALIBI, 1963, p. 30).

Dualibi continuava mencionando outros casos, como Ohio, “*Center of Industrial America*”, Nova York, “*The Empire State*”, ou Kentucky, que era anunciado como “*Kentucky – Where Big Things Are Happening*” e, por fim, Kansas, com o convite “*Take a Look at Kansas*”. Além disso, fazia menção às táticas de publicidade desses estados, pois informava que “esses ‘slogans’ [eram] incluídos em papéis oficiais, em chapas de automóveis – e sempre, sempre acompanha[va]m os nomes dos Estados”. Concluía da seguinte maneira:

[...] se considerarmos que aquilo que qualquer Estado tem a oferecer, em benefício de todos, é o trabalho de seus

habitantes, os produtos que a população fabrica ou vende – não se compreende que se fique com pudores medievais em se buscar nomes, temas ou ‘slogans’ que sejam promocionais (DUALIBI, 1963, p. 30).

A partir dessa linha de raciocínio, Dualibi mostrou alguns outros casos:

Com exceção de algumas cidades nascidas de uma colonização planejada, os nomes surgem de maneiras acidentais. Há uma tendência de se associar o nome do Estado com características geográficas (como Alagoas), ou com pessoas (como Rondonópolis), com características climáticas (Buenos Aires), com obras locais (Pôrto Alegre) e assim por diante (DUALIBI, 1963, p. 30).

O autor, no entanto, fazia um alerta, pois considerava de muito “mau gosto” e de uma “tendência perigosa” a ideia de “buscar associar nomes de Estados, cidades ou regiões com palavras indígenas”. Dizia ele: “*Em nosso caso, então, injustificável*” (DUALIBI, 1963, p. 31, grifo nosso). Nota-se que num momento em que o desenvolvimentismo e o progresso capitalistas eram o que mais almejavam os grupos dirigentes de Mato Grosso, qualquer associação com elementos conectados ao “estigma do atraso” – dentre eles, as comunidades indígenas – era algo indesejável. Um exemplo citado por Dualibi dizia respeito ao nome do estado que situar-se-ia na porção sul de Mato Grosso, caso houvesse uma divisão territorial. Segundo o autor, “Seria horrível [...] que Mato Grosso do Sul viesse a adotar o nome de Maracaju, como pretendiam no início. Entre ser maracajuense [...] prefiro continuar mato-grossense” (DUALIBI, 1963, p. 31).

Como naquele momento havia uma discussão relacionada à divisão de Mato Grosso, o autor, sendo natural de Campo Grande, defendia que em razão daquele estado estar situado no “centro da América do Sul”, uma nova unidade federativa poderia “inspirar um bom e sugestivo nome [...] também o fato de ser parte *sul da região*”. Prossegue, então, deixando mais explícitos quais eram seus critérios de escolha. Dizia: “Aliás, ainda *por uma questão de conotações,*

certamente as palavras ‘do Sul’ são melhores do que ‘do Norte’. E, neste caso, Mato Grosso do Sul levaria vantagem” (DUALIBI, 1963, p. 31, grifo nosso). Portanto, percebe-se que qualquer associação ao “norte” igualmente era indesejada, uma vez que simbolizava o atraso. Logo, havia um sentimento de aversão àquela parte do país, encarada como o verdadeiro “sertão”, na concepção negativa do termo, ou seja, era a oposição ao sul desenvolvido.

Interessante notar que o autor passou boa parte de seu tempo desqualificando as palavras “mato” e “grosso” como símbolos do atraso para, em seguida, propor que se adicionasse a palavra *Sul* como complemento. Dentro dessa perspectiva, para ele, os problemas estariam sanados. É como se somente a adição da palavra “sul” fosse capaz de retirar toda a carga de atraso contida em “Mato Grosso”. Em sua concepção, isso seria bastante vantajoso para a região, pois prevaleceria a associação aos estados mais modernos do país, que estavam no Sul/Sudeste. Como conclusão, o publicitário dizia: “já imaginaram, nos séculos 21 e 22, alguém vivendo num Estado chamado Mato Grosso?” (DUALIBI, 1963, p. 31).

Havia forte sentimentalismo no texto de Dualibi ao dizer, por exemplo, que “nenhuma reforma é feita para a geração atual, mas para as gerações que virão”. O orgulho por ter nascido em terras mato-grossenses é absolutamente notável na escrita do publicitário. Logo, segundo defendia, um dos caminhos desejáveis para o desenvolvimento da região seria uma “boa apresentação” de sua terra natal, isto é, fazia-se necessário emitir uma série de representações que atraíssem futuros investidores. No entanto, ele sabia que não era somente a mudança de nome que alteraria a ordem das coisas:

[...] sabemos que há problemas mais urgentes a resolver, e não será a mudança de nome que os resolverá. E sabemos que tampouco adiantará um nome sugestivo se permanecerem as condições de miséria, de isolamento e de abandono que nos marcam. Temos plena consciência de que, nesse caso, tudo o que um nome pode fazer é **ajudar** a *mudar a imagem* que os outros fazem de nós, e talvez até mesmo **contribuir** para criar novos estímulos nos habitantes. Mas apenas isso. Milagres, não (DUALIBI, 1963, p. 31, grifo nosso, palavras em negrito do original).

Isso significa dizer que era necessário iniciar um trabalho “racional” pensando no almejado desenvolvimento. Como já mencionei, para alcançar tal objetivo, era necessário construir uma nova imagem para Mato Grosso. Portanto, bastava propagandar as potencialidades da região, pois dentre as contraditórias visões que havia a respeito do “sertão”, o grupo envolvido com a publicação da revista *Brasil-Oeste*, capitaneado por Fausto Vieira de Campos, enxergava naquele estado “[...] a possibilidade do desenvolvimento de uma autêntica consciência nacional” (TRINDADE, 1999, p. 61), dirimidas – evidentemente – as imagens negativas que eram a ele associadas.

A seguir, mostro como os estigmas mato-grossenses e as propostas de desenvolvimento foram discutidas na *Série Realidade Brasileira*, de modo que consigamos observar as preocupações existentes nessa publicação e aquilo que havia de consonante em suas reportagens em relação ao discurso da *Brasil-Oeste*, discurso este exemplificado a partir do artigo recém-discutido.

A Série Realidade Brasileira e as preocupações daquele tempo

Para nos situarmos em relação aos suplementos especiais da *Folha de São Paulo*, é preciso fazer algumas considerações sobre a proposta editorial que havia ali. De modo geral, tratava-se de uma série de publicações nas quais buscava-se trazer discussões relacionadas às várias regiões do país, sob o título *Série Realidade Brasileira*. A primeira delas versou sobre a potencialidade de Brasília e da região central do Brasil. Nesse sentido, “Brasília: Capital da Integração Nacional” saiu no dia 21 de abril de 1968, juntamente com o suplemento dedicado ao Centro-Oeste, com o sugestivo título “Centro-Oeste: vazio em ocupação”. Além desse fascículo, outros foram consagrados às demais regiões do país, dos quais assinalo aqui o primeiro, que foi dedicado à Amazônia, intitulado: “A ocupação do vazio: Amazônia”.

Como pudemos notar, tanto o Centro-Oeste quanto a Amazônia, por exemplo, ainda eram percebidos como espaços “vazios”

que deveriam ser ocupados⁵. Levando isso em consideração, cito um fragmento de um texto elaborado pelo então Ministro das Relações Exteriores, José de Magalhães Pinto, que foi publicado no suplemento n. 2 da *Série Realidade Brasileira*. Tal mensagem ressaltava que era o momento de “acelerar o processo de desenvolvimento brasileiro”. Para tanto, havia chegado a hora de encarar o “grande desafio [de fazer] a incorporação efetiva da Amazônia ao espaço econômico nacional”. Em seguida, ainda na mesma fala, emergia o ideal de desenvolvimento associado a São Paulo, nos remetendo às discussões elaboradas no início deste artigo. Magalhães Pinto ressaltava a importância dos paulistas naquele momento:

[São Paulo] que no início de nossa história contribuiu decisivamente para fixar os contornos de nossas fronteiras, está chamado agora a dar – com as máquinas de sua indústria, com a experiência de seus técnicos e com as pesquisas de seus cientistas – o grande impulso à Amazônia brasileira e ligá-la definitivamente ao sul e ao leste do país.⁶

A julgar pelo discurso do Ministro, uma das preocupações mais urgentes da época era a chamada integração da região Oeste/Norte do Brasil com os setores mais desenvolvidos economicamente, situados no Sul e Sudeste. Como se sabe, desde a chamada “Era Vargas” desenvolvia-se no país a tentativa de construir esse elo entre aquelas regiões, passando por Juscelino Kubitschek e suas metas de desenvolvimento nacional, culminando com o Regime Militar, que teve como *slogan* mais conhecido “integrar para não entregar”. Não estou dizendo que todos esses projetos foram idênticos, mas que seus objetivos se assemelhavam no que diz respeito à integração, colonização/ocupação e desenvolvimento econômico de áreas menos populosas da chamada sociedade nacional, como eram os casos das regiões Centro-Oeste e Norte.

Em discurso proferido em 31 de dezembro de 1937, no Palácio Guanabara, no momento em que “inaugurava” a “Marcha para o Oeste”, o Presidente Getúlio Vargas anunciava os objetivos daquele projeto. Lembrava, em sua fala, a tendência do crescimento das atividades econômicas, que em períodos coloniais teriam ficado

apenas restritas ao litoral, ou, como dizia a famosa máxima de Frei Vicente do Salvador, do “andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”. Vargas lembrava que, historicamente, a “civilização brasileira, mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral”, e que era urgente “galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes”, retomando “a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente [...] os marcos territoriais”. Desse modo, chegava o momento de “suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação” (VARGAS, 1938, p. 124). E então o presidente chamava a “Marcha para o Oeste”. Em suas palavras:

O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas venturosas. E lá teremos de ir buscar, dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas. Das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial (VARGAS, 1938, p. 124, grifo nosso).

Há, nesse caso, uma referência à época do ouro que fora explorado na porção oeste do país no período colonial. Sua intenção era fazer surgir um sentimento de que ali ainda havia muitas riquezas a serem descobertas. Percebe-se, portanto, que o projeto empreendido pela “Marcha” intencionava criar efetivamente o mencionado “sentido da brasilidade”. O historiador Alcir Lenharo, por exemplo, chamava atenção para os objetivos delineados pelo projeto varguista, que extrapolavam as questões puramente ligadas ao desenvolvimento econômico. Dizia o autor que a “conquista do oeste significava para o regime a integração territorial como substrato *simbólico da união de todos os brasileiros*. A *ocupação dos espaços ditos vazios* significava não simplesmente a ocupação econômica da terra” (1986, p. 18, grifo nosso).

A ideia era promover a “união” de todos os brasileiros, ou seja, “ocupar/colonizar”, “nacionalizar” e “tornar produtivos” os “espaços vazios” da nação. A orientação política da Marcha para o Oeste “visava, entre outros alvos, criar um clima de emoção nacional de modo a que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e, conduzidos por um único chefe, consumassem coletivamente a conquista, sentindo-se diretamente responsáveis por ela” (LENHARO, 1986, p. 14).

Barrozo informa que a “Marcha” se concretizou em Mato Grosso por meio da “Colônia Agrícola Nacional de Dourados, na criação do Território Federal de Ponta Porã, na Fundação Brasil Central e na criação da Expedição Roncador-Xingu”. Ainda nas palavras do autor, de todas essas ações, a primeira delas “era apresentada como o empreendimento mais importante, repetidamente divulgado nos discursos transmitidos principalmente através do rádio” (BARROZO, 2010, p. 13). É importante ressaltar que “Dourados, em Mato Grosso, e a Colônia de Goiás, ambas via estrada-de-ferro, teriam *o mercado paulista em mira*” (LENHARO, 1986, p. 47, grifo nosso).

Nota-se que há, mais uma vez, a pretensa associação de Mato Grosso a São Paulo, uma vez que alcançar o mercado paulista era um dos objetivos destacáveis a serem cumpridos por aquele projeto. Era como se as terras mato-grossenses fossem uma extensão paulista e a conexão entre ambas as regiões seria capital para o desenvolvimento econômico mato-grossense – em especial sua porção sul – retirando-o de sua “exclusão” e “isolamento”.

É possível inferir que, mesmo após o passar dos anos, o ideário da “Marcha” permanecia, especialmente no discurso e nas ações que, em meados do século XX, buscavam incorporar o Oeste ao desenvolvimento econômico, então pujante no país. Essa “consciência” remonta à própria fala do presidente Vargas do ano de 1937, quando ressaltava que aquela não seria, “certamente, *obra de uma única geração*” (VARGAS, 1938, p. 124, grifo nosso), mostrando que se tratava efetivamente de um projeto de nação que precisava ser construído continuamente.

É expressivo o significado contido na capa do *Suplemento Especial* dedicado ao Mato Grosso (“o vazio em ocupação”), pois a

imagem⁷ ali disposta exibia um trator derrubando a floresta, numa nítida ideia de civilização em processo de desbravamento da natureza e vitória sobre a mesma. Em seu interior, havia uma legenda que buscava explicar o significado daquela figura com a seguinte descrição: “O elemento que compõe o quadro – um trator rompendo a floresta densa e deixando, atrás de si, estradas de penetração – *simboliza* o processo de ocupação dos grandes *espaços vazios* do Norte brasileiro, que já começou, *irreversivelmente*, pelo Centro-Oeste”⁸.

Nota-se que a concepção de “espaços vazios” é central naquela narrativa, não só textualmente, mas também pela representação imagética ali disposta. A distribuição dos temas elencados no sumário da *Série Realidade Brasileira*, da *Folha*, dedicada ao Centro-Oeste merece ser citada, pois nos indica que muitos dos anseios que se fizeram presentes na campanha e trajetória da *Brasil-Oeste* (alguns deles expressos pelo texto de Dualibi) permaneciam como problemas ainda a serem solucionados. Desse modo, as reportagens eram as seguintes: “O avanço”; “Emprêsa Parecis S.A. – portas abertas para investimentos de alta rentabilidade”; “Uma história de conquista”; “Do ouro ao boi: uma história de conquista”; “Ano que se inicia tem nova estratégia econômica”; “SUDECO sem incentivos”; “Centro-Oeste aberto aos nordestinos”; “Mato Grosso, muita terra pouca gente”; “Tão grande quanto rico”; “Pecuária, escalada para o progresso”; “A rodovia e o desenvolvimento de Mato Grosso”; “Tamanho é problema?; “Divisão do estado: solução que muitos defendem”; “Conflito entre passado e futuro”; “CIBPU: um dos caminhos para a integração”; “Um Estado em derrapagem”; “Mato Grosso: novo pólo de atração”; “Muitos doentes em pouca gente”; “Cuiabá: uma cidade progressista espera os brasileiros nas festas do seu 250º aniversário”; “Várzea Grande: vinte anos de vida própria”; “Um Estado com três capitais”; “Goiás, um salto na história”; “Um espigão de riqueza”; “Agropecuária, força e ameaça de Goiás”; “Marcha para o Norte tem número de prosperidade”; “Caminhos da conquista da Amazônia”; “O Estado de Goiás no caminho do desenvolvimento planejado”; “Mato Grosso: o maior potencial turístico do Brasil”; “O paralelo da riqueza”.

Algumas considerações podem ser feitas a partir do que foi exposto acima. Um primeiro aspecto que avalio ser relevante reside

no fato de que a maior parte das reportagens discutiu especialmente Mato Grosso em vez de Goiás e, além disso, a maioria delas abordava temas que historicamente foram preocupações dos grupos dirigentes mato-grossenses, isto é, não se tratavam de novidades para aquele momento histórico.

Havia naquelas reportagens algumas ideias que fazem parte da história das representações sobre Mato Grosso e uma delas merece destaque, pois remonta ao que venho discutindo no texto, isto é, o bandeirantismo como um dos elementos centrais para a construção da identidade mato-grossense. Este aspecto é o que se vê, por exemplo, no artigo escrito pelo então Senador Vicente Bezerra Neto (MDB/MT), intitulado “Uma história de conquista”. Naquela ocasião, dentre outras coisas, o autor lembrava com saudosismo da ação dos “guerreiros das expedições paulistas” na ocupação inicial do espaço correspondente àquele estado.

Em outro texto, sem assinatura e intitulado “Mato Grosso, muita terra pouca gente”, enfatizava-se a baixa densidade demográfica de Mato Grosso. No entanto, a observação feita pelo autor se assentava em evidenciar algumas contradições que se fizeram presentes no processo de ocupação da região. Por exemplo, a porção sul do estado⁹ correspondia a 30% do território geográfico total e, apesar disso, acolhia 70% dos habitantes que lá residiam. Assim, dizia o autor que:

A esta desproporção populacional correspondem padrões de desenvolvimento econômico também distintos: o sul, sob a influência *benéfica* de São Paulo e Minas Gerais, tem uma economia dinâmica e, sob alguns aspectos, em franco processo de consolidação, com a industrialização rompendo a hegemonia agropecuária; o norte, *ao contrário*, incorporado ao *vazio* amazônico, constitui-se um desafio ao *pioneirismo*.¹⁰

Mais uma vez, nota-se a distinção que se fazia entre a porção norte e sul de Mato Grosso, nos remetendo ao texto de Roberto Dualibi. No fragmento acima, percebe-se que o norte mato-grossense estava “incorporado ao vazio amazônico” e constituía-se no

maior desafio a ser encarado uma vez que a região Sul já mantinha relações econômicas com o Sudeste.

Não posso deixar de citar que apesar do que foi exposto acima, o autor do texto enfatizava positivamente as políticas públicas da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), que foram implantadas para a região amazônica e já eram um sinal de que aquela realidade “transforma[va]-se rapidamente”, inclusive no que dizia respeito a um tema caro à história mato-grossense, isto é, o debate em torno da divisão territorial do estado. Nesse sentido, o Norte, antes da SUDAM, “olhava com despeito o Sul e se defendia das campanhas separatistas dos sulistas, hoje [1968], animado por uma autêntica *psicose desenvolvimentista*, começa a aceitar a tese de que a divisão do Mato Grosso em dois Estados será uma solução desejável em termos administrativos”¹¹. A posição geográfica do sul de Mato Grosso teria sido um elemento facilitador para seu desenvolvimento econômico se comparado à porção norte, e esse foi um dos elementos que fizeram parte da discussão sobre o chamado divisionismo.

Acho importante voltar ao texto “Mato Grosso, muita terra pouca gente”, há pouco citado, que resumia algumas das principais abordagens que foram feitas sobre as terras mato-grossenses naquele suplemento. Segundo o autor daquele artigo, que funcionou como um tipo de editorial do *suplemento*, enfatizar-se-iam naquelas reportagens o “tamanho, [a] história, [as] riquezas, [os] problemas e [as] polêmicas de Mato Grosso”¹². Como mencionei anteriormente, muitos dos temas apresentados pela *Série Realidade Brasileira* foram profundamente debatidos nas páginas da *Brasil-Oeste*, como foi o caso, por exemplo, das querelas envolvendo a divisão do estado e a busca por capitais vindos do Sudeste para a região, especialmente em favor de sua porção sul, ou, de modo mais explícito, a ideia de São Paulo como centro gerador do progresso [sul-]mato-grossense. Portanto, acredito que a abordagem de mais um daqueles textos pode contribuir para o debate a que me propus fazer neste artigo. Vejamos a seguir.

Um dos últimos artigos publicados na *Série Realidade Brasileira*, *Centro-Oeste*, trazia em seu título “Mato Grosso: novo pólo de atração” e foi assinado por Danton Castilho Cabral, que na

época era Presidente do Banco do Estado de Mato Grosso S. A. As linhas iniciais desse texto pareciam até uma extensa “paráfrase” do conjunto das edições da revista *Brasil-Oeste* e, igualmente, lembravam as palavras iniciais das anotações do viajante Flavio Rezende Rubim, citadas nas primeiras páginas deste artigo. Vejamos do que se trata.

Cabral iniciava sua abordagem com as seguintes palavras: “Até a alguns anos [...] Mato Grosso se constituía [...] numa região *ignota*, onde predominavam *as imagens* da selva, do índio, dos animais ferozes e dos aventureiros, cuja única lei era a do gatilho, e onde a própria vida era perigosa e imprevisível”. A seguir, do mesmo modo que Rubim, ele tratava de desmistificar essas representações, indicando que “essa imagem era falsa ou, quando muito, exagerada”, mas ponderava que “a distância e o desconhecimento condicionavam a imaginação de quem olhasse o mapa cartográfico”¹³.

A meu ver, é possível dizer que a ideia central de Danton Castilho Cabral pode ser notada no fragmento a seguir, onde ele menciona que “falso ou exagerado, entretanto, esse ‘retrato de Mato Grosso’, a verdade é que o *grande Estado* permaneceu *dormindo e fechado* ao ritmo do progresso da civilização atual, até [há] algumas décadas”¹⁴. É central para a discussão em pauta mencionar um fragmento em que Cabral também chamava o “espírito bandeirante” para ajudar os mato-grossenses naquela empreitada. Dizia ele:

Os paulistas, *principalmente*, atendendo ao apelo [...] *dos bandeirantes* depois de terem derrubado as matas de seu próprio Estado, estão desbravando as riquezas de Barra do Garças, Chapada dos Guimarães, Diamantino, Barra do Bugres, Cáceres e Aripuanã [...].

E o resultado só pode ser *um sucesso* do empreendimento. Dentro de poucos anos, ainda em nossos dias, Mato Grosso se constituirá no *celeiro da Nação* e se transformará numa das regiões mais ricas e prósperas *do mundo*, conquistando lugar de destaque que lhe está reservado na Federação brasileira¹⁵.

A abordagem de Cabral fala de um “retrato” de Mato Grosso que, no contexto em que tal ideia foi exposta, dizia respeito àquilo que era considerado ruim ou negativo em relação à reputação daquele

estado. Nota-se, mais uma vez, a recordação das incursões paulistas à porção oeste do país como um empreendimento que colocaria Mato Grosso num lugar de destaque no contexto nacional e internacional.

É válido ressaltar que a ideia de “celeiro” era fundamental naquela abordagem, pois indicava um tipo de “vocação natural” da região para a produção agrícola, sobretudo naquele período quando já se iniciava a chamada “modernização conservadora” e/ou “revolução verde” que, de modo bastante simplificado, tinha “por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que [fosse] tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária” (GUIMARÃES, 1977, p. 3).

O que merece ser destacado é a recorrente remissão ao passado paulista/bandeirante e a tentativa de formar, a partir disso, um elemento que impulsionasse e atraísse capitais daquela região para Mato Grosso, bem como de construir uma identidade regional. O próprio Danton Cabral, por exemplo, era um paulista que “agia” “por” e “para” Mato Grosso, tendo sido, inclusive, nomeado pelo então governador mato-grossense, Pedro Pedrossian (PSD/ARENA)¹⁶, para ser o Chefe de Representação de Mato Grosso em São Paulo¹⁷.

Nesse sentido, sinto que tal visão assemelhava-se aos discursos que remontam às primeiras tentativas de fundação de uma identidade mato-grossense nas duas primeiras décadas do século XX, mas também eram compatíveis com as próprias ideias contidas no projeto editorial da *Brasil-Oeste* como um todo, isto é: ainda na década de 1960 havia esse incômodo tanto entre os mato-grossenses quanto em grupos de outros espaços do país e as tentativas para alterar a ordem das coisas surgiam de diversas maneiras e propostas. A imprensa, por certo, exerceu um papel muito importante naquele contexto.

Considerações finais

O que pretendi neste texto foi apresentar o modo como duas publicações (uma revista publicada em São Paulo, mas dedicada a tratar especialmente de temas ligados ao Mato Grosso, e um suplemente especial de um dos jornais de maior circulação do país) trataram de diagnosticar problemas e propor projetos de nação por

meio de suas páginas. Meu interesse foi especificar aquilo que dizia respeito ao estado de Mato Grosso na tentativa de compreender como alguns dos estigmas e tentativas de construções identitárias mato-grossenses, que remontavam ao século XIX e início do século XX, ainda se faziam fortemente presentes no período em que tais publicações circularam.

É importante reiterar que desde o início do século XX houve uma busca por uma construção identitária para o Brasil e a figura do bandeirante esteve presente, extrapolando o discurso regionalista de São Paulo e de sua historiografia, exercendo – inclusive – forte influência na concepção de “civilização” e “progresso” em um estado como Mato Grosso, por exemplo. Conforme informa Silvia Raimundo, naquele momento, “o estudo do movimento das bandeiras também foi utilizado para destacar a singularidade do habitante de São Paulo e seu papel na conquista e, posteriormente, na ocupação do território”. Por consequência, diz a autora que o “ideário proposto nas primeiras décadas do século XX foi decisivo, pois à medida que criou uma série de marcos simbólicos, produziu ‘sentimentos’, que, acolhidos pela população, se incorporaram à consciência regional/nacional” e o “espírito bandeirante se espalharia por todo o país cumprindo o papel de guardião do território e das tradições nacionais” (RAIMUNDO, 2004, p. 3).

Portanto, como vimos, nos textos analisados e publicados pela *Série Realidade Brasileira*, buscava-se apresentar alternativas de desenvolvimento para as terras mato-grossenses e o “elemento” paulista naquela incursão se fez bastante presente no discurso daquele *Suplemento Especial da Folha de São Paulo*. Havia, desse modo, forte preocupação em “integrar” aquele espaço no âmbito do desenvolvimento nacional.

Na revista *Brasil-Oeste*, por sua vez, percebe-se que havia uma aguda tentativa de pincelar um novo retrato para aquele estado, uma vez que o antigo “atrapalhava” seu pleno desenvolvimento. Todo o projeto editorial desse periódico foi pensado para propor um Mato Grosso integrado ao progresso nacional.

A abordagem que fiz aqui pretendeu indicar duas coisas; a primeira delas diz respeito ao papel atuante da imprensa. Para o caso de Mato Grosso, em especial, nota-se tanto um periódico como a

Brasil-Oeste (que buscava quase que exclusivamente diagnosticar e propor soluções para seu desenvolvimento), quanto um periódico de grande circulação, como era o caso da *Folha de São Paulo* (que pretendia, por sua vez, apresentar um modelo de desenvolvimento em nível nacional). Nesse sentido, mais de que um incômodo das elites locais, o estigma da barbárie e do atraso incomodava outros espaços da nação, logo, foi necessário (re)construir uma nova imagem para aquela região, no intuito de integrá-la economicamente ao desenvolvimento nacional.

Assim, algo que a historiografia especializada não tocou precisa ser melhor discutido: os estigmas que envolvem Mato Grosso e as possíveis soluções que seus grupos dirigentes pensaram para livrá-los de “malfadada fama” avançaram para os anos de 1960. A tentativa de uma construção identitária associando-os à bravura, ao bandeirantismo, a São Paulo (especialmente na porção Sul de MT) continuou a figurar nas páginas impressas periódicas décadas depois do período estudado por Zorzato e Galetti. Não me refiro apenas aos projetos de colonização dos anos 1950 e 1960 e seu objetivo puramente econômico, especialmente aqueles empreendidos pelo governo de Fernando Corrêa da Costa, mas nos discursos e representações contidos naqueles projetos, que atuavam como “pano de fundo” para a criação de um “novo mato-grossense”.

Ainda que não seja possível contemplar as mais variadas possibilidades de avançar neste tema para o presente momento, uma vez que o próprio formato desta publicação traz limitações, é possível dizer que foi na segunda metade do século XX que o discurso contra o “atraso” mato-grossense foi recuperado, quando se buscou na herança paulista/bandeirante a vocação empreendedora daquela região, especialmente em virtude da modernização do campo. Desse contexto, observa-se como um dos possíveis resultados dessa construção e naturalização da seguinte “verdade”: Mato Grosso enquanto uma região com natural “vocação agrícola”. Portanto, em vez de “lugar do atraso”, “terra de índios e onças”, “da violência e barbárie”, construiu-se a concepção de que ali se construía (ou emergiria), inevitavelmente, o “Celeiro da Nação”.

ABANDONING THE STIGMA: VISIONS OF MATO GROSSO ON THE PAGES OF SÉRIE REALIDADE BRASILEIRA AND THE BRASIL-OESTE MAGAZINE

Abstract: This article intends to make a discussion about two press publications, namely Brasil-Oeste magazine and the supplement Série Realidade Brasileira (from the newspaper Folha de São Paulo); the intention is to investigate a sort of representations that historically bothered the Mato Grosso ruling groups and were still present in the mid-twentieth century. Thus, what I want to present is the annoyance that resulted from these representations and some of the proposals made in order to reverse that situation. This means that, using those discourses, which used to stigmatize the Mato Grosso state, the elites reformulated them using its negative elements under a new reading, building other “images” for that local. Throughout the text, there are several examples that are able to illustrate such assertions.

Keywords: Mato Grosso. Stigma. Wilderness. Bandeirantes. Press.

Notas

¹ A este respeito, sigo o entendimento defendido por Flavio Heinz, pautado nos estudos de John Scott. Segundo o autor, não há consenso sobre o que se entende por elites, sobre quem são e sobre o que as caracteriza. Trata-se, com efeito, de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de ‘estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos’. Entende-se por esta palavra, segundo o caso, “os ‘dirigentes’, as pessoas ‘influentes’, os ‘abastados’ ou os ‘privilegiados’, e isto, na maior parte dos casos, sem outra forma de justificação, uma vez que o ‘poder’ da elite impor-se-ia por si próprio e prescindiria de maiores explicações”. [...] o termo elite aponta tão somente para uma “vasta zona de investigação científica cobrindo profissionais da política, empresários, legisladores, etc., e não evoca nenhuma implicação teórica particular. HEINZ, Flavio. O historiador e as elites: à guisa de introdução. In: _____. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 7.

² REVISTA BRASIL-OESTE. São Paulo, ano I, n. 1, jan. 1956, p. 2, grifo nosso. Em todas as citações contidas neste artigo, mantive a ortografia de seu texto original.

³ FONSECA, José Gonçalves. Situação de Mato-Grosso e Cuyabá: Estado de umas e outras minas. *Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico e*

Etnographico do Brasil. t. XXIX. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro-editor, 1866. p. 353-354, grifo nosso.

⁴ A revista *Quatro Rodas* teve sua edição inaugural em agosto de 1960 e, dentre os motivos pelos quais ela foi criada, um deles era o de apresentar “belíssimos recantos do nosso país [que] estão esperando para serem descobertos ou valorizados turisticamente por aqueles que possuem carro e um louvável espírito de aventura. Apenas aguardam, para reunir a família, saltar para o volante e partir, que alguém lhe diga como aqueles recantos podem ser alcançados confortavelmente”. REVISTA QUATRO RODAS. *Carta do Editor*. São Paulo, 1960. p. 5.

⁵ É importante lembrar que boa parte do território mato-grossense foi inserido na chamada Amazônia Legal, que foi criada em 6 de janeiro de 1953 pela Lei nº 1.806.

⁶ SÉRIE REALIDADE BRASILEIRA. *Suplemento Especial da Folha de São Paulo*. Amazônia: a filosofia dos grandes lagos. São Paulo, n. 2, 5 maio 1968.

⁷ A figura pode ser consultada no *link* a seguir: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/04/21/139/>>. Não fiz uso dela no corpo do texto em virtude das limitações espaciais de uma publicação desta natureza, bem como questões envolvendo direitos legais de uso da imagem.

⁸ SÉRIE REALIDADE BRASILEIRA. *Suplemento Especial da Folha de São Paulo*. Centro-Oeste, o vazio em ocupação. São Paulo, 21 abr. 1968, grifo nosso.

⁹ Nesse caso, a porção sul do Estado de Mato Grosso da época corresponde ao atual Mato Grosso do Sul.

¹⁰ SÉRIE REALIDADE BRASILEIRA. *Suplemento Especial da Folha de São Paulo*. Centro-Oeste, o vazio em ocupação. Mato Grosso, muita terra para pouca gente. São Paulo, 21 abr. 1968, p. 19, grifo nosso.

¹¹ *Ibid.*, p. 19.

¹² *Ibid.*, p. 19.

¹³ SÉRIE REALIDADE BRASILEIRA. *Suplemento Especial da Folha de São Paulo*. Centro-Oeste, o vazio em ocupação. Mato Grosso: novo pólo de atração. São Paulo, 21 abr. 1968, p. 26, grifo nosso.

¹⁴ *Ibid.*, p. 26, grifo nosso.

¹⁵ *Ibid.*, p. 26, grifo nosso.

¹⁶ Pedro Pedrossian foi eleito governador pela primeira vez em 1965, pelo PSD, e, após o Ato Institucional nº 2, que criou o bipartidarismo, migrou para a ARENA, permanecendo até 1971 no cargo.

¹⁷ Consta no Diário Oficial do Estado de São Paulo, data de 17/5/1966, um requerimento feito na Câmara Municipal da capital paulista, no qual é feito um pedido de homenagens a Danton Castilho Cabral justamente por ter sido nomeado por Pedro Pedrossian para o cargo já mencionado. Requerimento n P 182-66, assinado por Nazir Miguel, Agenor Mônaco e Geraldino dos Santos, DOUSP, 17/5/1966.

Referências

- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.
- BARROZO, João Carlos. A questão agrária em Mato Grosso: a persistência da grande propriedade. In: _____. *Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT, 2010.
- _____. A Colonização em Mato Grosso como 'Portão de Escape' para a Crise Agrária no Rio Grande do Sul. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 32.2, p. 144-166, 2014.
- BRANDÃO, L. Para ler arte na rua. In: GUIMARÃES, S. C. S. *Arte na rua: o imperativo da natureza*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. São Paulo: Brasil-Oeste Editora, 1960.
- CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: _____. (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- FONSECA, André Dionei; SALGUEIRO, Eduardo de Melo. A noção de Representação após duas décadas de debates: a propósito do texto 'Defesa e ilustração da noção de Representação' de Roger Chartier. *Revista Eletrônica Expedições: Teoria da História e Historiografia*, v. 4, p. 27-46, 2013.
- GALETTI, Lylia. *Sertão, Fronteira, Brasil*. Imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá, MT: EdUFMT/Entrelinhas, 2012.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
- GUIMARÃES, Alberto P. Complexo agroindustrial. *Revista Reforma Agrária*, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Os Anos 30. Campinas: Unicamp, 1986.
- MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 40, n. 2, 1997.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Bandeirantismo e identidade nacional. *Terra Brasilis*, Belo Horizonte, n. 6, 2004.

REVISTA BRASIL-OESTE. São Paulo, ano VIII, n. 86, out. 1963.

SÉRIE REALIDADE BRASILEIRA. *Suplemento Especial da Folha de São Paulo*. Amazônia: a filosofia dos grandes lagos. São Paulo, n. 2, 5 maio 1968.

_____. *Suplemento Especial da Folha de São Paulo*. Centro-Oeste, o vazio em ocupação. Mato Grosso, muita terra para pouca gente. São Paulo, 21 abr. 1968.

_____. *Suplemento Especial da Folha de São Paulo*. Centro-Oeste, o vazio em ocupação. Mato Grosso: novo pólo de atração. São Paulo, 21 abr. 1968.

RUBIM, Flavio Rezende. *Reservas de Brasilidade*. São Paulo: Ed. Ilustrada, 1939.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. Tese (Doutorado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1998.

Recebido em: 22/12/2016

Aprovado em: 21/04/2017